

## A superação da alienação em Karl Marx

### Overcoming alienation in Karl Marx

José Tadeu B. de Souza  
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Edson Pereira da Silva  
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

#### Resumo

O texto a seguir versa sobre a problemática da alienação humana em Karl Marx. Nosso objetivo é tratar esta questão proposta por ele em contraposição ao ponto de vista político, religioso e econômico de sua época. O texto está dividido em três tópicos. No primeiro, analisaremos o problema da alienação do ponto de vista religioso (judaico e cristão) e; no segundo, a análise será do ponto de vista político; por último, apontaremos a filosofia e o proletariado como agentes de salvação através do comunismo.

**Palavras-chaves:** Salvação. Política. Religião. Filosofia. Proletariado.

#### Abstract

The following text deals with the issue of human alienation in Karl Marx. Our objective is to deal with this question proposed by him in opposition to the political, religious and economic point of view of his time. The text is divided into three topics. In the first, we will analyze the problem of alienation from a religious point of view (Jewish and Christian) and; in the second, the analysis will be from the political point of view; finally, we will point to philosophy and the proletariat as agents of salvation through communism.

**Keywords:** Salvation. Politics. Religion. Philosophy. Proletariat.

#### Informações do artigo

Submetido em 14/10/2022  
Aprovado em 23/10/2022  
Publicado em 22/12/2022.

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2022.v22n3.p98-117>



Esta obra está licenciada sob uma licença  
Creative Commons CC BY 4.0

#### Como ser citado (modelo ABNT)

SOUZA, José Tadeu B. de; SILVA, Edson Pereira da. A superação da alienação em Karl Marx. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 22, n. 3, p. 98-117, set./dez. 2022.

## 1 INTRODUÇÃO

Os textos A questão judaica e Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel apontam para o problema da alienação humana. A sua expressão máxima foi tratada nos Manuscritos–econômicos–filosóficos. Os referidos textos mostram que Marx teve a intenção de fazer uma contraposição às propostas de sua época, representadas pelos três modelos: religioso, político e econômico. Ele propõe uma salvação que transcenda todas as mediações teológicas ou políticas que reduzem o ser humano a duas dimensões. Por um lado, a uma individualidade independente e egoísta, e por outro, a um cidadão circunscrito à moral.

Na Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel ele afirma que

A tarefa da história, desta forma, depois que o mundo da verdade se apagou, é constituir a verdade deste mundo. A imediata tarefa da filosofia, que está a serviço da história, é desmascarar a autoalienação humana na sua forma sagrada. A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito, e a crítica da teologia em crítica da política. (MARX, 2013, p. 46, grifos do autor).

O posto indica que a emancipação humana só será autêntica quando o homem estiver no seu lugar mais elevado, e isto se dá, quando a alienação humana, em todas as suas formas, for superada. A filosofia é o cérebro de onde emana a libertação em sua dimensão racional, abstrata; o proletariado, o corpo, agente prático, a força motriz e transformadora dessa salvação. A filosofia e o proletariado, dessa forma, podem ser considerados de uma mesma substância, um corpo, e cada membro exerce sua função, um se nutre do outro nesse processo. A filosofia, como uma substância intelectual do proletariado, e este, como a sua matéria. Com efeito, a crítica de Marx “não é alguma ‘totalidade especulativa’ (hegeliana) abstrata, mas a totalidade concreta da sociedade em desenvolvimento dinâmico, percebida a partir da base material do proletariado como força histórica (‘universal’) necessariamente autotranscedente” (MÉSÁROS, 2016, p. 66).

A Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel será a chave hermenêutica para compreendermos seu pensamento. Em sua tarefa como filósofo, numa perspectiva histórica, buscava desvendar e tirar todo véu advindo

da alienação religiosa, que fundamenta o egoísmo, a separação de si e de outros seres humanos.

A nossa reflexão se dará em três momentos. No primeiro, perscrutaremos o problema da alienação do ponto de vista religioso (judaico e cristão); no segundo, do ponto de vista político; e, por último, demonstraremos que a filosofia e o proletariado são os agentes da liberdade e de salvação através do comunismo.

## **2 CRÍTICA E SUPERAÇÃO DA RELIGIÃO**

Marx inicia sua reflexão, dirigindo-se aos judeus alemães que reivindicavam para si independência política e civil, questionando quais seriam as suas intenções e do que tanto reclamavam. A questão vai além da Alemanha daquela época, pois é um problema sobre a emancipação universal. Mézáros, em sua análise sobre esse ponto vai nesta mesma direção, quando diz que “Marx enfatizou que a emancipação completa do judaísmo é inconcebível sem a emancipação universal do gênero humano em relação às circunstâncias da autoalienação” (MÉSÁROS, 2016, p. 74-75).

A luta por emancipação teria que abranger tanto a Alemanha, quanto as demais nações, e não um povo em particular. O que os judeus tanto reivindicam era, na verdade, fruto de um egoísmo fundamentado numa interpretação teológica, em busca de fama, glória e honra acima de todos os seres humanos. Esta compreensão estava ancorada numa interpretação literal do livro de Deuteronômio, no capítulo 26 e versículos 16 ao 19, nos quais encontramos essa forma de interpretação, vista como uma ordem e mandamento de lahweh, que deveria ser mantida e praticada como prova de obediência e de sua peculiaridade como povo de Deus:

Hoje lahweh teu Deus te ordena cumprir esses estatutos e normas. Cuidarás de pô-los em prática com todo o teu coração e com toda a tua alma. Hoje fizeste lahweh declarar que ele seria teu Deus, e que tu andarias em seus caminhos, observando seus estatutos, seus mandamentos e suas normas, e obedecendo à sua voz. E hoje lahweh te faz declarar que tu serias seu povo próprio, conforme te falou, e que observarias todos os seus mandamentos; que ele te faria superior em honra, fama e glória a todas as nações que ele fez, e tu serias um povo

consagrado a Iahweh teu Deus, conforme ele te falou. (BÍBLIA, 2008, p. 290).

Por trás desse pensamento, encontramos um mecanismo prático de dominação expansionista, que é a “arma da “usura”, que, contudo, para torna-se realmente efetiva, necessitou de um congênera adequado que lhe oferecesse vazão ilimitada para o poder dessa arma, isto é, a metamorfose do judaísmo em cristianismo” (MÉSARÓS, 2016, p. 33).

Outro problema é que, ao reivindicarem, por um lado, a emancipação do Estado cristão e sua legitimidade, por outro, exigem deste que o preconceito religioso seja resolvido. Sobre as intenções dos judeus em relação a este assunto, Marx faz alguns questionamentos: Qual emancipação? A religiosa? De cidadãos? Como homens? Ele percebe em todas elas a impossibilidade de emancipação. Depois responde, fazendo algumas perguntas:

Não seria o bastante se perguntar a quem deve se emancipar? Quais homens deverão ser emancipados? A análise teria ainda de fazer uma terceira pergunta: *que espécie de emancipação está em questão?* Que condições se tornam fundamentais na essência da emancipação que se procura? (MARX, 2013, p. 17, grifos do autor).

Por isso sua crítica aos judeus se dá em decorrência do egoísmo e do individualismo, por se acharem um povo especial, particular, em detrimento dos demais. Inclusive, do seu lugar-comum de origem e nacionalidade, como originador de uma libertação mais abrangente, isto é, universal.

O preconceito religioso de ambos é uma questão que se impõe. E só quando o judeu e o cristão entenderem que suas oposições são estágios do espírito humano e que a religião, fruto desse estágio, será despojada pelo conhecimento científico, não haverá mais oposição e, sim, uma relação. Segundo o autor:

Assim que o judeu e o cristão reconheçam apenas nas suas religiões opostas *diferentes estágios no desenvolvimento do espírito humano* – pelas de serpente expelidas pela história e o homem como a serpente que com elas se vestiu –, já não se encontrarão em oposição religiosa, mas numa relação puramente crítica, *científica* e humana. (MARX, 2013, p. 15, grifos do autor).

Diferente de Bauer, que transforma o problema da emancipação judaica numa questão teológica e teórica, nosso autor busca entendê-la a partir de um fenômeno social específico, que é a vida prática do judeu em seu contexto de mundo.

A necessidade prática e o interesse pessoal são a base para entendermos toda práxis do judeu que acontece fora da sua esfera religiosa. O seu culto está baseado no comércio, e o seu deus é o dinheiro. O significado último, que tanto anelam, não é a humanidade na totalidade, mas o judaísmo ou o cristianismo em particular.

Seu deus não é o único, como diz na teologia, mas um deus politeísta, que emerge de várias necessidades práticas, que atendam ao seu egoísmo.

É esse o Deus dos judeus, que não aceita nenhuma outra divindade que não a dele, o dinheiro. Todos os deuses e homens são meras mercadorias em suas mãos. Somente, o dinheiro, essa abstração mental, deve ser cultuado e adorado. Em sua crítica ao judaísmo, Marx disse o seguinte:

O deus dos judeus foi secularizado e tornou-se o deus deste mundo. O câmbio é o deus real do judeu. O seu deus é apenas o câmbio ilusório. A percepção que se obteve da natureza, sob o império da propriedade privada e do dinheiro, é o real desprezo, a degradação prática da natureza, que existe de fato na religião judaica, mas só na imaginação. (MARX, 2013, p. 42).

Neste sentido, a teologia da religião judaica é completamente diferente da sua prática cotidiana. O Deus dos judeus foi secularizado e tornou-se o senhor e controlador do mundo. É o Deus do câmbio, da troca, da venda, da compra, do comércio. O que se percebe na religião judaica é o desdém, o menosprezo à natureza, advindo da propriedade privada e do dinheiro. Esse Deus é fruto de uma ilusão egoísta em que o homem é, agora, sua própria mercadoria.

O judaísmo, para Marx, em sua forma teórica, teria dificuldade para o seu desenvolvimento como religião por causa de sua necessidade prática, que se limita e se esgota na própria natureza – é ineficaz na forma de criar e moldar o mundo por causa de seu egoísmo e interesse pessoal, e tem a sua culminância na sociedade civil, e foi no cristianismo que alcançou seu nível mais elevado.

É no cristianismo que as relações nacionais, naturais, morais e éticas do homem são exteriorizadas, canalizando a separação da sociedade civil e do Estado, provocando uma ruptura em todos os seus laços genéricos. Nesse

sentido, o mundo humano foi dissolvido em sociedade de indivíduos antagônicos em decorrência do estabelecimento do seu interesse egoísta.

Para Marx, o judaísmo e o cristianismo estão intrinsecamente relacionados. O cristianismo, como procedente do judaísmo, foi, agora, novamente reabsorvido por ele. O cristão é o judeu na teoria e este, um cristão na prática, e todo cristão em sua ação é um judeu. Sobre essa relação ele afirma:

O cristianismo é o pensamento sublime do judaísmo; o judaísmo é aplicação prática vulgar do cristianismo. Mas esta aplicação prática só poderia tornar-se universal quando o cristianismo, enquanto religião aperfeiçoada tivesse realizado, de maneira *teórica*, a autoalienação do homem relativamente a si mesmo e à natureza. Neste momento é que o judaísmo alcançaria o domínio universal e poderia transformar o homem alienado e a índole alienada em objetos *alienáveis*, próprios para a venda, na subserviência à necessidade egoísta e à traficância. (MARX, 2013, p. 43-44, grifos do autor).

O cristianismo, como religião aperfeiçoada, lançaria, enquanto teoria, o fundamento para autoalienação humana e da natureza. Desembocaria no domínio universal do judaísmo, transformando o homem e sua índole alienada em objetos alienados, isto é, mercadorias destinadas à venda, subservientes a uma necessidade egoísta e comercial. Essa necessidade se daria através da exteriorização prática da alienação, a qual se afirma a si mesma. Ela produz objetos que, no cotidiano, subordinam todas as criações e as ações humanas. Seus produtos e atividades ficam sob o domínio de uma essência, a qual lhe é estranha, alheia – o dinheiro.

A essência prática do judaísmo está no seu comércio e nos seus pressupostos. Extinguir essa essência é tornar impossível a sua viabilização que, em decorrência da necessidade prática, toma uma forma humana. Nisso, todo antagonismo entre existência individual e genérica do homem acabará sendo extinto. Em sua crítica, Marx afirma outra forma de metamorfose, na qual “a emancipação política do judeu, do cristão – do homem religioso em geral – é emancipação do Estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo e à religião como um todo” (MARX, 2013, p. 19). E conclui, dizendo:

Logo que a sociedade consiga abolir a essência *empírica* do judaísmo – a traficância e os seus pressupostos –, o judeu torna-se *impossível*, porque a sua consciência deixa de ter objeto, porque a base objetiva do judaísmo, ou ainda, a necessidade

prática, assume uma forma humana e o conflito entre a existência individual, sensível do homem e sua existência genérica, é abolido. (MARX, 2013, p. 44, grifos do autor).

Mesmo com a abolição da religião judaica e cristã e de sua essência egoísta, baseada no comércio, através do dinheiro, a liberdade política foi outro problema discutido em sua crítica e que deveria ser superada. Estava implícito o desenvolvimento de um arquétipo de salvação para a resolução do problema da alienação humana. Dessa forma, sua crítica indica que a política seria transcendida por outra forma de alienação.

### 3 CRÍTICA E SUPERAÇÃO DA POLÍTICA

A emancipação política é um avanço para o ser humano, contudo, não o é em sua plenitude. Ela é, apenas, uma liberdade no âmbito da religião. É uma emancipação do judaísmo, do cristianismo e da religião de modo geral. Na prática, a relação com a religião continua.

Marx, em sua crítica e superação da religião, descreve a religião como uma abstração mental, criada à imagem e semelhança do ser humano, uma consciência invertida da realidade, e que pode transfigurar-se em política para desenvolver o seu comércio religioso, e seguir em seu projeto de opressão. Sobre esta questão, correlacionamos este pensamento:

Sendo uma religião invertida do mundo, a religião é basicamente falsa. Em oposição a Feurbach que vê uma verdade escondida na ilusão, Max afirma que na religião só encontramos ilusão. Ela não merece, portanto, ser submetida a nenhum processo hermenêutico de interpretação. [...] O ponto fundamental a ser notado é que a religião, sendo uma expressão do mundo invertido, não contém verdade alguma a ser recuperada. Ela não fala acerca da realidade a ser recuperada porque ela nada mais é que o resultado de um mundo a ser aniquilado. Em Feuerbach a religião exprime uma *realidade reprimida*. Em Marx é produzida por uma *realidade repressora*. (ALVES, 1984, p. 53, grifos do autor).

O Estado, assim como a religião, é contraditório porque não proporciona a plena emancipação humana. A relação entre eles é, apenas, indireta, abstrata, estreita e parcial. Com esta restrição, o ser humano entra em contradição consigo mesmo, porque permanece envolvido com a religião. Marx afirma que a atitude do Estado para com a religião constitui

apenas a atitude perante a religião dos *homens* que compõem o Estado. Daí se segue que o homem se liberta de um constrangimento *através do Estado, politicamente*, ao transcender as suas limitações, em contradição consigo mesmo, e de maneira *abstrata, estreita e parcial*. Além disso, ao emancipar-se *politicamente*, o homem emancipa-se de *modo desviado*, por meio de um intermediário, por mais *necessário* que seja tal intermediário. Por fim, mesmo quando se declara ateu através da mediação do Estado, isto é, ao proclamar que o Estado é ateu, encontra-se ainda envolvido na religião, porque só se reconhece a si mesmo por via indireta, através de intermediário. A religião é apenas o reconhecimento do homem de maneira indireta; quer dizer, através de um *intermediário*. O Estado é o intermediário entre o homem e a liberdade humana. (MARX, 2013, p. 20, grifos do autor).

Assim como a religião, o Estado é apenas um intermediário, um meio de salvação, ao qual o homem confia sua vida: “Assim como Cristo é o mediador a quem o homem atribui toda a sua divindade e todo o seu constrangimento *religioso*, assim o Estado constitui o intermediário ao qual o homem confia toda a sua não divindade, toda a sua *liberdade humana*.” (MARX, 2013, p. 20, grifos do autor).

Com a ascensão da política em relação à religião, o homem passa a viver uma dupla essência: religiosa e política. Como integrante da política, é participante de uma comunidade e na sociedade civil, não passa de um indivíduo privado que se relaciona com os demais seres humanos como meios, coisas, objetos. Vive em um estado de rebaixamento e transformou-se num brinquedo, à mercê de poderes que lhe são completamente estranhos.

Na prática, a sociedade civil no Estado político exerce uma posição semelhante à religiosa. Contudo, a diferença está no fato de o Estado político ter-se sobreposto às particularidades e divisões da religião e, a partir destas se tornado universal. O Estado político é a vida genérica do ser humano que se opõe à sua realidade. O homem, como ser genérico do Estado, não passa de um “membro ilusório de uma soberania imaginária, despojado da sua vida real individual, e dotado de universalidade irreal” (MARX, 2013, p. 22).

A segunda essência, sua religião particular, constitui-se um problema, uma contradição para a vida do homem, o qual é fruto da sofisticação do próprio Estado. O homem, como componente da sociedade civil (*bougeois*), vive de aparência, longe da realidade da sua vida. Seu modo de vida é sofisticado, sem



consistência, incorreto, enganoso, assim também o é com direitos políticos (*citoyen*).

Podemos nos perguntar: por que a sofisticação anula toda individualidade? A resposta de Marx foi dada nos seguintes termos:

É a *sofisticação do próprio Estado político*. O que difere o homem religioso do cidadão é a diferença entre comerciante e o cidadão, entre o jornalista e o cidadão, entre o proprietário de terras e o cidadão, entre o indivíduo *vivo* e o *cidadão*. A contradição em que o homem religioso se encontra com o homem político é igual a contradição em que o *bougeois* se vê com o *citoyen* e o membro da sociedade civil com a sua *política pele de leão*. (MARX, 2013, p. 23, grifos do autor).

O homem, como espírito do Estado, cuja esfera é regida pelo egoísmo, gera um estado de guerra de todos contra todos e a perda da essência comunitária. Constitui o retorno expresso na separação do homem e de sua comunidade, de si mesmo e dos outros seres humanos. O que se professa no espírito do Estado e da sociedade civil é pura abstração da realidade individual, de uma fantasia privada e caprichosa.

Em correlação com o Estado, a sociedade e o egoísmo, nesta discussão, a observação de Löwith (2014, p. 265) nos é pertinente:

Marx e Hegel analisam a sociedade burguesa como um sistema de necessidades, cuja eticidade se perdeu em extremos e cujo princípio é o egoísmo. A diferença de suas análises críticas consiste em que Hegel manteve na superação a diferença entre os interesses particulares e os gerais, enquanto Marx quer superá-la no sentido de *colocar de lado*, a fim de instaurar uma comunidade absoluta com a economia e propriedade comuns. De acordo com isso, sua crítica à filosofia do direito de Hegel se dirige sobretudo à relação entre o Estado e a sociedade.

A união pública e privada do homem, a mudança da religião do Estado para a esfera civil, são a consolidação da emancipação política. Significa dizer que o problema da religião com a emancipação política não foi revogado e nem existe uma intenção para tal fim.

De outra forma, em outra época, quem teve essa mesma percepção sobre a relação entre política e religião foi Rousseau. Para ele, não é necessário que haja entre elas um assunto em comum, “mas sim que na origem das nações uma serve de instrumento à outra” (ROUSSEAU, 2017, p. 43).

Malina, quando analisa a religião no mediterrâneo do primeiro século, encontra no judaísmo e no cristianismo uma relação da linguagem e do comportamento religioso com a política marcada por opressões, ambiguidades, conflitos e antagonismos. Os conceitos bíblicos de aliança e lei são de origem política; o culto e o ritual eram uma maneira de regular a práxis da vida política. Ele afirma que a “linguagem da aliança e da lei era derivada da política, assim como a linguagem do culto e do ritual era e é derivada do parentesco e de formas de comportamento político” (MALINA, 2004, p. 27).

Em Marx, esse antagonismo e contradição entre a política e a religião resultaram numa desintegração do homem em sua essência, dividindo-o em duas identidades e papéis sociais ambíguos: uma vida privada e outra civil. Na esfera privada, ele tem uma religião, pode ser judeu, protestante, religioso. Na vida civil e política, seu papel é o de cidadão.

Sobre as ambiguidades entre o Estado político e a religião, o autor diz que

Os componentes do Estado político são religiosos por causa da sua ambiguidade entre vida individual e a vida comum, entre a vida da sociedade civil e a vida política. São religiosos no sentido de que o homem trata da vida política, afastado da vida individual, como se fosse a sua verdadeira vida; e na medida em que religião é aqui o espírito da sociedade civil, é a expressão da separação e da alienação do homem em relação ao homem [...]. Portanto, demonstramos que a emancipação política da religião deixa ficar a religião na sua essência, embora já não se trate de uma religião. A incoerência em que o adepto de uma religião particular se encontra quanto à sua cidadania é apenas *uma parte da universal contradição secular entre o Estado e a sociedade civil*. A consumação do Estado é o Estado que se reconhece simplesmente como Estado e separa-se da religião dos seus membros. A emancipação do Estado a respeito da religião não é a emancipação do homem real quanto à religião. (MARX, 2013, p. 28-29, grifos do autor).

A emancipação política é simultaneamente relacionada à total extinção da sociedade Feudal. Nesta antiga sociedade, a propriedade privada, a família e os diversos trabalhos tinham uma forma de Estado e poder soberanos que eram estranhos ao povo. A vida política e suas estruturas eram baseadas na suserania de ordem e de cooperação, como elementos da vida política. Decorrente disso, “impuseram a relação do indivíduo singular ao *Estado como totalidade*, ou seja, a sua conjuntura *política*, ou ainda, a sua relação de separação e eliminação dos outros elementos da sociedade” (MARX, 2013, p. 34, grifos do autor).

Desta forma, os elementos sociais da propriedade e do trabalho não foram levados em conta, mas levaram à separação do Estado como totalidade, estabelecendo a distinção social. O resultado desta forma de organização como “a unidade do Estado, o poder político geral, revela-se também necessariamente como assuntos *privados* de um governante e seus servidores separados do povo” (MARX, 2013, p. 35, grifos do autor). Com a revolução política, temos uma inversão que

[...] derrubou o poder do soberano e elevou os negócios do Estado a negócio do povo, que constitui o Estado político como assunto *geral*, isto é, como Estado geral, abalou forçosamente todas as ordens, corporações, guildas, privilégios que eram tantas expressões da separação do povo da sua vida comunitária (MARX, 2013, p. 35, grifos do autor).

Conseqüentemente, esta revolução desfez, por completo, o caráter da sociedade civil, dissolvendo e cindindo o seu conteúdo vital, colocando em liberdade o espírito político e emancipando o ser humano do mundo fragmentado pelo feudalismo. Mesmo dando-lhe, na esfera comunitária de interesse geral, uma liberdade ideal dos elementos particulares da vida civil de cada um, a revolução política mergulhou a atividade humana e seu conteúdo vital em uma significação restrita à individualidade.

A relação entre indivíduo e Estado não se constitui mais parte de uma totalidade. O assunto público, que agora abrange cada indivíduo e sua atividade política, transformou-se em sua função geral. Os laços que uniam o espírito da sociedade civil foram removidos com o materialismo imposto pelo Estado, o que acabou dissolvendo o homem do seu fundamento. Disse Marx:

A emancipação política foi ao mesmo tempo uma emancipação da sociedade civil a respeito da política e até da aparência de um conteúdo geral [...]. Dissolveu-se a sociedade feudal no seu elemento essencial, o homem; mas no homem que constituía o seu real fundamento, no homem individualista. (MARX, 2013, p. 35-36).

Em sua crítica ao estado político, ele conclui:

A revolução política dissolve o homem e a sociedade civil nos seus componentes sem os revolucionar e os submeter à crítica. O homem egoísta é o resultado passivo, apenas dado, da dissolução da sociedade, objeto de certeza imediata e, conseqüentemente, um objeto natural. A revolução considera a

sociedade civil, o mundo das necessidades, o trabalho, os interesses privados e a lei civil, como a *base da sua vida própria existência*, como um pressuposto inteiramente subsistente, portanto, como a sua base natural [...] o homem como membro da sociedade civil é identificado como *homem autêntico*, o *homme*, distinto do *citoyen*, porque é o homem na sua existência sensível, individual e imediata, o homem como pessoa *alegórica, moral*. Assim, o homem tal como é na realidade reconhece-se apenas na forma de homem egoísta, e o homem verdadeiro, unicamente na forma do *citoyen abstrato*. (MARX, 2013, p. 36, grifos do autor).

A revolução política na sociedade civil se dirige ao mundo das necessidades, do trabalho, dos interesses privados e da lei. Ela constitui a base da própria existência. O homem, membro da sociedade civil, é, dessa forma, apenas uma alegoria e uma abstração. Ele é o ser duplo (político e religioso) completamente contrário à sua essência e à sua liberdade. Dessa forma podemos entender porque “Marx descobriu graças aos movimentos sociais que tiveram lugar desde a Revolução Francesa que os *‘droits de l’homme’* [direitos do homem] não são, de modo algum, direitos do homem, mas privilégios burgueses” (LÖWITZ, 2016, p. 266).

O Estado burguês e religioso, em seu egoísmo, pratica opressão e separa o ser humano de si mesmo e do seu próximo. A crítica à religião e a crítica à política apontam para a filosofia e o proletariado como agentes revolucionários e transformadores. O comunismo seria a resposta destes agentes, a superação para o problema da alienação humana.

#### **4 AGENTES DA SALVAÇÃO E O COMUNISMO**

Na *Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, através da teoria filosófica e da prática do proletariado, a emancipação humana se tornaria evidente. O que implicava em plena liberdade de toda forma de autoalienação do ser humano. Nessa problemática, teórica e prática, a emancipação se daria através da eliminação positiva da religião. Isto só seria evidente quando fosse efetuado “o princípio de que *o homem é para o homem o ser supremo*” (MARX, 2013, p. 53, grifos do autor). Logo, a crítica da religião seria o pressuposto para todo juízo político, econômico e social.

A crítica de Marx da religião e do Estado se dirige à Alemanha e é contra ela que ele desferiu seus golpes, através de sua análise.

Desta maneira, a imagem divina era apenas um reflexo do próprio homem. E em seu pensamento, este deve ser “o alicerce da crítica irreligiosa: o *homem faz a religião*; a religião não faz o homem” (MARX, 2013, p. 45, grifos do autor). Ela é fruto da sua imaginação, da sua autoconsciência e consciência de si, do Estado e da sociedade. A religião constitui-se como:

a doutrina geral deste mundo, o resumo enciclopédico, a sua lógica em forma popular, o seu *point d'honneur* espiritualista, o seu entusiasmo, a sua confirmação moral, o seu apêndice majestoso, a sua base geral de consolo e de defesa. É a *realização fantástica* da essência humana, porque a essência humana não possui a verdadeira realidade. Consequentemente, a luta contra a religião é indiretamente a luta contra aquele mundo cujo *perfume* espiritual é a religião (MARX, 2013, p. 45, grifos do autor).

Esse mundo fantástico, isto é, a religião como realização da essência humana, é apenas uma consciência invertida e ilusória. Como criação humana, revela suas necessidades existenciais o desejo intenso de liberdade em seu estado de opressão na busca de uma essência criadora e vital para o sentido da vida. Ela é a forma de entorpecimento para supressão do sofrimento, a manifestação e o protesto da miséria humana, a felicidade fantasiosa. É uma prisão imaginária.

A crítica da religião dá ao ser humano a liberdade de voltar a pensar, a agir e dar forma a sua existência, a sua realidade e voltar-se para si, isto é, apossar-se de sua razão outrora perdida. Sendo assim, poderá ser o seu centro, o seu sol, o seu ser supremo.

Na concepção de Marx,

a crítica da religião liberta o homem da fantasia, para que possa pensar, atue e configure a sua realidade como homem que perdeu as ilusões e reconquistou a razão, para que ele gire em torno de si mesmo e, assim, em volta do seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não circula em torno de si mesmo. (MARX, 2013, p. 46).

Depois de apresentar a verdadeira identidade da religião como um véu ilusório que se opõe à emancipação humana e como uma forma de alienação,

Marx aponta o sentido desse processo: “A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a *crítica da religião em crítica do direito*, e a *crítica da teologia em crítica política*.” (MARX, 2013, p. 46, grifos do autor). Sua crítica se volta para o problema da emancipação humana pelo véu não sagrado que é a filosofia alemã do direito e do Estado.

A crítica, em sua perspectiva, busca destruir e não apenas refutar seu inimigo. Este, no que lhe concerne, já foi refutado e apreendido. Ela não é um fim, mas a forma de alcançá-lo. Constitui-se num sentimento de desprezo, revolta e, na forma de denúncia, pretende

[...] sobrepor a pressão angustiante que em diferentes esferas sociais empregam umas sobre as outras, o mau humor universal, mas passivo, o acanhamento de espírito condescendente, mas que se ilude a si próprio; tudo isto incorporado num sistema de governo que vive pela conservação da insignificância e que é a própria *insignificância no governo* (MARX, 2013, p. 48, grifos do autor).

Por isso, ele se ocupa em realizar uma crítica “num *combate corpo a corpo*; e tal combate não oferece vantagem para saber se o adversário é da mesma categoria, se é nobre *ou interessante* – o que conta é *atingi-lo*” (MARX, 2013, p. 48, grifos do autor). Essa luta contra o pensamento político alemão remonta ao passado das nações que estão continuamente perturbadas pelas lembranças do antigo regime.

Além disso, a situação da política alemã era marcada por uma postura anacrônica e contraditória da história. Enquanto as demais nações como a França e a Inglaterra se voltaram teoricamente contra a antiga forma de política, ela “[...] é saudada na Alemanha como a aurora de um futuro glorioso que, até agora, a custo ousa mover-se de uma teoria *astuta* para uma prática implacável” (MARX, 2013, p. 50, grifos do autor).

Assim como as nações do mundo antigo, que tiveram sua pré-história nutrida em imaginações e mitologias, o pensamento alemão é uma pós-história, em que a filosofia constitui seu modelo ideal de história.

Em sua crítica à filosofia, Marx afirma:

A filosofia alemã constitui a *extensão ideal*, da história alemã. Assim, ao criticarmos, em vez das *oeuvres imcompletés* da nossa história real, as *oeuvres phostumes* da nossa história ideal – a *filosofia*, a nossa crítica está no centro dos problemas acerca

dos quais a época atual afirma: *that is the question*. [...] A filosofia alemã do direito e do Estado é a única história alemã que esta *al pari* com a época oficial. [...] A Alemanha foi sua *consciência teórica*. A abstração e a arrogância da sua filosofia caminhavam ao lado do caráter unilateral e atrofiado da sua realidade. (MARX, 2013, p. 51-52, grifos do autor).

Para ele, a vida do povo alemão germinou do seu pensamento abstrato, teórico. Isso pode ser demonstrado, do ponto de vista político, com o Estado Moderno e histórico, com a Reforma Protestante. Sendo que, no último, houve apenas uma emancipação e revolução no que se refere à teoria. Na prática, esta libertação foi apenas uma transferência do mundo externo para o interno, subjetivo, abstrato. Logo, o problema da filosofia alemã só poderia ser resolvido através de uma atividade em que a teoria fosse materializada, ou seja, em uma prática. Daí, a pergunta: “Mas na Alemanha, onde está a possibilidade positiva de emancipação?” (MARX, 2013, p. 58). O autor responde:

na constituição de uma classe que tenha esferas radicais, de uma classe na sociedade civil, de uma classe que seja a dissolução de todas as classes, de uma esfera que possua caráter universal porque os sofrimentos são universais e que não exige uma *reparação particular* porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o *mal em geral*, que já não possa exigir o título *histórico*, mas apenas o título *humano*; de uma esfera que não se oponha as consequências particulares, mas que se contraponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; finalmente, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem as emancipar a todas – o que é, em resumo, a *perda total* da humanidade, assim, só pode redimir-se a si mesma por uma *redenção total* do homem. (MARX, 2013, p. 58, grifos do autor).

Na prática, o proletariado constitui esse caráter humano universal. É propiciador de uma completa emancipação humana e age de forma radical nas esferas sociais, econômicas e políticas. Por conseguinte, provoca a completa dissolução e negação da sociedade como ordem vigente (a desintegração da classe média e da propriedade privada) fazendo ruir o modelo político e econômico desse véu não sagrado. Para o autor,

no momento em que o proletariado proclama a *dissolução da ordem social existente*, apenas afirma o *mistério da sua própria existência*, desta forma é a *efetiva* dissolução desta ordem. Quando o proletariado exige a *negação da propriedade privada*, apenas estabelece como *princípio da sociedade* o que a

sociedade já elevara a princípio do *proletariado* e o que *este* já involuntariamente encarna como resultado negativo de sociedade. (MARX, 2013, p. 58, grifos do autor).

Além de todas as formas de alienação humana nas dimensões da existência, as vítimas da pobreza natural e da escravidão são resultados do sistema de governo político e teocrático da Alemanha. O proletariado surge, neste contexto, como a arma material, em que todo o processo de revolução social será engendrado.

Acrescida ao proletariado, temos uma segunda arma: a filosofia. Ela constitui a cabeça do proletariado e suas armas intelectuais. O proletariado e a filosofia constituem a resolução do problema teórico e prático da emancipação humana. A respeito da filosofia e de sua relação com o proletariado, o autor afirma: “*filosofia é a cabeça desta emancipação e o proletariado o seu coração*. A filosofia não pode realizar-se sem a exaltação do proletariado, o proletariado não pode exaltar-se sem a realização da filosofia” (MARX, 2013, p. 58-59, grifos do autor).

Isso ocorrerá logo depois que “o clarão do pensamento tenha se embrenhado intensamente no solo virgem do povo, os *alemães*, terão se emancipado e se tornarão *homens*” (MARX, 2013, p. 58). Dar-se-á no “momento em que estiverem satisfeitas todas as condições internas, será anunciado o *dia da ressurreição da Alemanha com o cântico do galo das Gálias*” (MARX, 2013, p. 59, grifos do autor).

Depois de sua crítica à religião na área política e no campo do direito, a análise marxiana foi direcionada à economia. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, em seu terceiro prefácio, Marx diz que sua pesquisa é fruto de “uma análise inteiramente empírica, baseada em cuidadoso estudo crítico da economia política” (MARX, 2013, p. 62).

Marx constatou que trabalho alienado é causa e origem de todo processo de alienação. No trabalho alienado, o ser humano é arrebatado do elemento de sua produção, de sua vida genérica, sua objetividade real, de sua natureza e seu corpo inorgânico. O trabalho alienado provoca o completo declínio no ser humano. Deforma e degenera toda a sua atividade autônoma, criativa, física e consciente. Sua vida genérica, agora, é apenas um meio. Como propriedade espiritual e existencial de outrem, torna-se um ser estranho para si mesmo.



Assim também será o corpo, sua vida intelectual e externa. É alienação de si, dos outros e da realidade.

Paralelamente, a propriedade privada em sua essência subjetiva tem o trabalho como sujeito, como uma atividade que é voltada para si. Por outro lado, a objetividade humana, que é externa e prática, é suplantada por outra identidade, constituída de uma nova essência.

Este novo ser, o capital, faz do trabalhador um patrimônio vivo que depende do mercado capitalista que define o valor do seu trabalho de acordo com a procura e oferta. Neste sentido, sua vida, suas atividades, sua produção e todos os recursos naturais e espirituais, não passam de um produto de mercado em que o capital é o seu avalista. Toda a sua existência nesta nova natureza é afetada tanto interna como externamente. Sua vida doravante depende do trabalho ofertado para suprir todas as suas necessidades. Se não trabalha, juros lhes serão cobrados porque ele é capital e tem um valor. O seu trabalho é um produto que, para manter-se, tem que atender às demandas do câmbio de mercado estipuladas pelo próprio senhor do capital.

O dinheiro constitui agora a nova essência humana. Löwith (2014, p. 304), em sua análise e interpretação sobre o trabalho como alienação humana em Marx, afirma que o dinheiro, à medida que é

patrimônio alienado da humanidade, constitui o meio mais universal de vinculação e separação do mundo alienado de si mesmo. Ao invés de fazer atuar e de enriquecer as forças humanas essenciais, cada um especula para conduzir o outro à ruína econômica com a criação de novas necessidades. Cada novo produto é uma nova potência para o engano mútuo e pilhagem. Mas quanto mais pobre se torna o homem enquanto tal, tanto mais ele precisa de dinheiro para poder se apoderar do ser alienado.

Contra esse poder alienante e inumano, isto é, o capital, o capitalista, a propriedade privada que impera sobre tudo e todos através do dinheiro, Marx propõe o comunismo pensado (filosofia) e de ação autêntica (o proletariado) que fará superar este sistema. O comunismo é o caminho em que se dará a apropriação da existência humana e a eliminação da propriedade privada e, conseqüentemente, toda forma de alienação.

Nesse sentido, o comunismo propõe um resgate do homem para voltar a si mesmo, bem como mudar, radicalmente, todas as esferas que tocam a

existência humana. Na linguagem da teologia e da filosofia é uma proposta soteriológica. É a salvação humana de todas as formas de alienação.

O comunismo se dá com a eliminação positiva da propriedade privada em sua forma de autoalienação humana. Neste sentido, temos a real apropriação da essência humana através do homem e para ele mesmo. O retorno do homem para si em sua forma integral, social, consciente que absorve e incorpora toda sua riqueza desenvolvida anteriormente. Um humanismo completamente evoluído. É naturalismo, e como naturalismo, estabelece a solução de todos os antagonismos: entre o homem e a natureza, o homem e o homem, existência e essência, objetivação e autoafirmação, liberdade e necessidade, indivíduo e espécie.

O comunismo é a tradução, explicação para a alienação, e se apresenta como a solução para todo o enigma da história humana. Segundo o autor:

O comunismo como naturalismo inteiramente evoluído = humanismo, como humanismo inteiramente desenvolvido = naturalismo, estabelece a resolução *autêntica* do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e homem. É a verdadeira solução do conflito entre existência e a essência, entre a objetivação e autoafirmação, entre a liberdade e a necessidade, entre o indivíduo e a espécie. É o decifrar do enigma da História e está consciente de ele próprio ser essa solução. (MARX, 2013, p. 138, grifos do autor).

A eliminação positiva da propriedade privada e a apropriação da vida humana têm como consequência: a eliminação positiva da alienação. Isso se justifica porque a propriedade privada é a manifestação material e sensível da vida humana em seu estado de alienação. Enquanto a religião, a família, o estado, o direito, a moral, a ciência, a arte, entre outros, são modos particulares de alienação humana, isto é, maneiras de produção que estão subjugadas a uma lei geral do trabalho da propriedade privada, sua eliminação positiva é o retorno do homem à sua existência humana real e social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica à religião feita por Marx se dá em decorrência do egoísmo e do individualismo dos judeus e cristãos. Além disso, o preconceito entre judeus e cristãos só seria suplantado quando estes compreendessem que suas oposições são estágios do espírito humano e que a religião seria superada através do

conhecimento

científico.

A revolução política na sociedade civil se dirige ao mundo das necessidades, do trabalho, dos interesses privados e da lei. Ser membro da sociedade é dessa forma uma alegoria, uma abstração. Ele é um ser duplo, político e religioso, completamente contrário à sua essência e a sua liberdade. A salvação só será autêntica quando o homem for o seu lugar mais elevado. Por isso, a filosofia é o cérebro de onde emana a emancipação em sua dimensão racional, abstrata. O proletariado é o corpo, o agente prático, a força motriz e transformadora dessa revolução.

A alienação humana de todos os sentidos, através da propriedade privada, está atrelada à criação de novas necessidades, dependências e prazeres a serem ofertados ao ser humano. O dinheiro se constitui a verdadeira necessidade criada pela economia moderna. O dinheiro tem como verdadeira medida, como subjetividade do sistema econômico, o excesso e a extravagância. Busca transformar, por meio da expansão dos produtos e das necessidades, uma subserviência ilusória de apetites inumanos, corrompidos, antinaturais e fantasiosos. Dessa maneira, o dinheiro torna-se um vínculo para a vida humana em todas as suas necessidades.

Para Marx, o comunismo transforma radicalmente todas as esferas que tocam a existência humana. O comunismo descrito pelo autor é ativo, prático, subversivo e revolucionário. É um humanismo completamente evoluído, que estabelece a solução de todos os antagonismos entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, entre a existência e a essência, entre a objetivação e a autoafirmação, entre a liberdade e a necessidade, entre o indivíduo e a espécie.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem Azevedo. **O suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2008.

LÖWIT, Karl. **De Hegel a Nietzsche: A ruptura revolucionária no pensamento do século XIX**: Marx e Kierkegaard. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

MALINA, Bruce J. **O Evangelho de Jesus – O reino de Deus em perspectiva mediterrânea**. São Paulo: Paulus, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

MÉSÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social: princípios do direito político**. São Paulo: EDIPRO, 2015.

## DADOS DOS AUTORES

### **José Tadeu Batista de Souza**

Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007), Mestre (1996) e graduado em Filosofia (1991) pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é Professor Adjunto III da Universidade Católica de Pernambuco e dos programas de pós-graduação-mestrado e doutorado em ciências da religião e Filosofia (mestrado). Tem experiência nas áreas de Antropologia Filosófica, Filosofia da Religião e ética, com ênfase nos seguintes temas: Levinas, Deus, religião, ética, alteridade, hermenêutica e subjetividade. *E-mail:* [jose.tadeu@unicap.br](mailto:jose.tadeu@unicap.br)

### **Edson Pereira da Silva**

Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco, graduado em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná e graduado em Teologia pela Universidade Metodista de São Paulo. Atua no grupo de pesquisa: Religião Cristã, Fundamentos e Desafios Contemporâneos da Universidade Católica de Pernambuco. Desenvolve atualmente suas pesquisas sobre: a existência de descrições de métodos e conceitos na Religião, Filosofia e Ciências de metamorfoses cerebrais da imagem humana, que podem ser aplicadas em toda as esferas da vida humana. Com efeito, demonstra a importância e a aplicabilidade da pesquisa para as áreas voltadas para a formação humana como: a Teologia, a Filosofia e a Pedagogia. *E-mail:* [edson.cienciasdasreligoes@gmail.com](mailto:edson.cienciasdasreligoes@gmail.com)